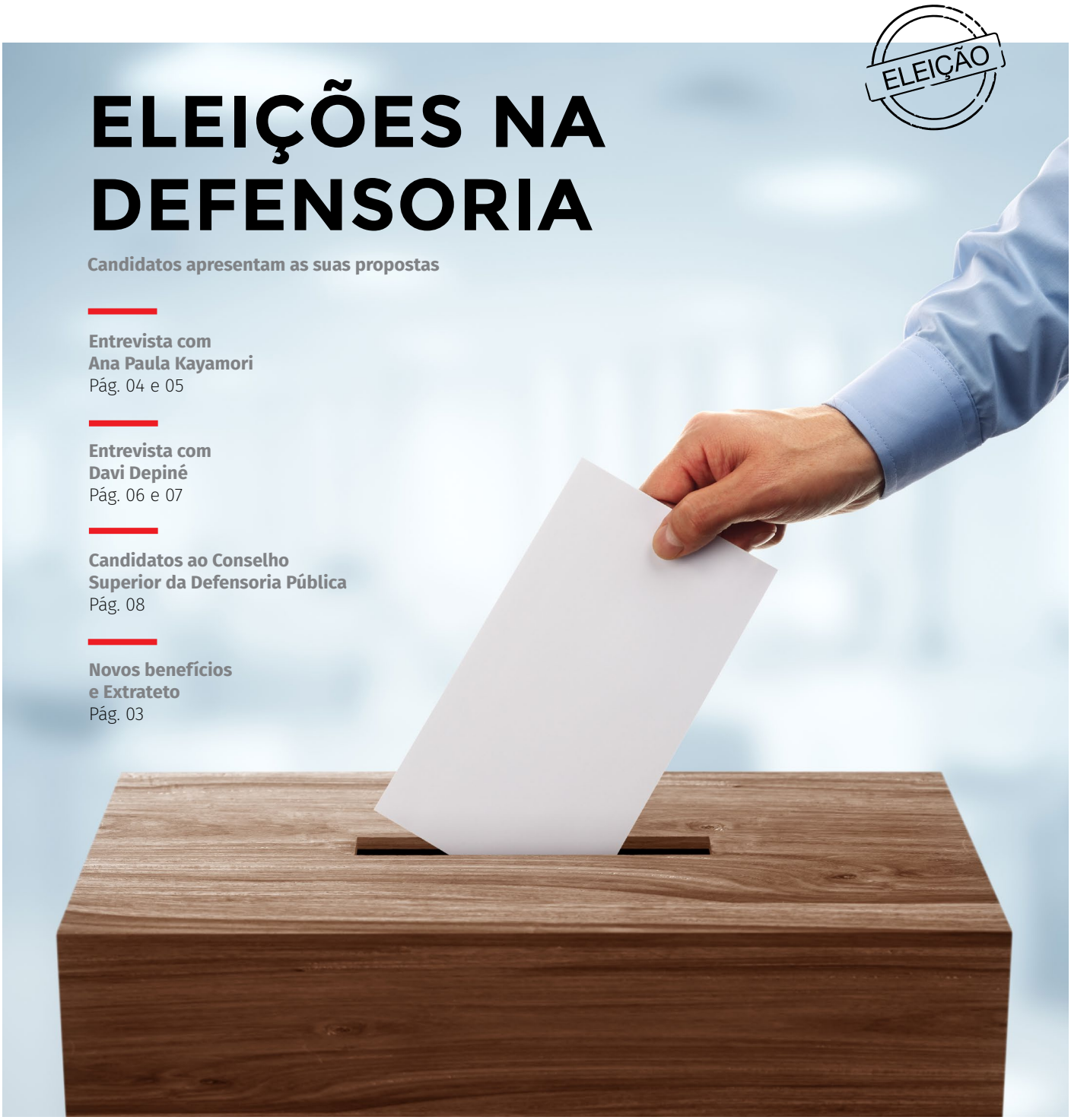
APADEP
Associação Paulista de Defensores Públicos

# APADEP EM REVISTA

EDIÇÃO ESPECIAL | NÚMERO 44 – ABRIL DE 2018




# ELEIÇÕES NA DEFENSORIA

Candidatos apresentam as suas propostas

**Entrevista com Ana Paula Kayamori**
Pág. 04 e 05

**Entrevista com Davi Depiné**
Pág. 06 e 07

**Candidatos ao Conselho Superior da Defensoria Pública**
Pág. 08

**Novos benefícios e Extrateto**
Pág. 03

# EDITORIAL

## UM DEBATE DEMOCRÁTICO DE IDEIAS

A Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP) sabe da importância da troca de ideias e de um debate democrático para aprimorar o seu trabalho em defesa da categoria. Por isso, este número da revista reserva boa parte de suas páginas a entrevistas com os dois candidatos ao cargo de novo Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Com o objetivo de conhecer as ideias do atual Defensor Público-Geral, David Eduardo Depiné Filho, candidato à reeleição, para um mandato de mais dois anos, e de Ana Paula Kayamori de Oliveira, candidata de oposição, as entrevistas procuraram abordar as principais propostas de ambos, que visam melhorar as condições de trabalho e garantir uma remuneração justa.

Temas como a valorização da carreira, estrutura de trabalho, estabilidade institucional, remuneração, indenização de substituição e outros foram tratados pelos candidatos com clareza e transparência em quatro páginas da revista.

Além disso, a APADEP promove, no dia 21 de abril, um sábado, por cerca de três horas, um debate com os candidatos, quando eles poderão confrontar as suas ideias e ouvir os questionamentos e dúvidas dos Defensores paulistas. Com isso, a APADEP, que sempre tem atuado de forma transparente e ética, contribui para que a categoria possa escolher o Defensor Público-Geral para o Estado de São Paulo e que irá representá-la, ao lado da Associação, nos próximos dois anos.

Keiny Andrade

**LEONARDO SCOFANO DAMASCENO PEIXOTO**
**Presidente**

# EXPEDIENTE


APADEP em Revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP), editada e produzida pela Letras & Fatos Comunicação. Distribuição gratuita

–
**Presidente**
Leonardo Scofano Damasceno Peixoto

**Vice-presidente**
Franciane de Fátima Marques

**Diretor Administrativo e de Assuntos Legislativos**
Marco Christiano Chibebe Waller

**Diretor Financeiro**
Paulo Sérgio Guardia Filho

**Diretor Jurídico**
César Augusto Luiz Leonardo

**Diretora Social e Cultural**
Maíra Ferreira Tasso

**Diretora de Relações Institucionais e Comunicação**
Juliana do Val Ribeiro

**Diretor de Articulação Social**
Rodrigo Augusto Tadeu Martins Leal da Silva

**Diretor de Previdência e Convênios**
Clodoaldo Saguini Júnior

**Diretor de Assuntos do Interior**
Bruno Bortolucci Baghim

**Diretor Assistente de Comunicação**
David José Vicente Martins

**Jornalista Responsável**
Mauro Arbex - Mtb: 13.545



FALE CONOSCO
Dúvidas, sugestões, críticas ou comentários

imprensa@apadep.org.br

Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 6º andar. CEP 01015-010

11.3107.3347

www.apadep.org.br

# BENEFÍCIOS

## SEGUROS DE AUTOMÓVEIS SERÃO OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS COM DESCONTOS

Com o objetivo de ampliar a oferta de serviços e comodidades aos Defensores e Defensoras, a APADEP firmou convênio, em janeiro último, com a Prandini & Associados Consultoria e Corretagem de Seguros, que colocará à disposição dos Associados apólices para automóveis. Trata-se da mesma corretora que atende a Associação Paulista do Ministério Público (APMP).

Por meio de parceria firmada com a APADEP, a corretora vai ofertar seguros de automóvel de diferentes companhias com valores inferiores aos de mercado, nas mesmas condições oferecidas à APMP. Em fevereiro, o escopo da parceria foi ampliado, com a oferta de mais uma comodidade aos membros da APADEP: diferentes opções de coberturas e serviços de seguros residenciais, com descontos exclusivos.

A APADEP também firmou, neste início de ano, outros convênios que resultaram em condições vantajosas para os Associados e seus familiares. Entre eles, foi fechado com a WINE2ALL, importadora especializada no e-commerce de vinhos portugueses exclusivos, com benefícios especiais. O convênio garante desconto de 10% sobre o preço dos produtos oferecidos no site da importadora (www.wine2all.com.br).

> APADEP AMPLIA OFERTA DE BENEFÍCIOS, COM CONVÊNIOS QUE VÃO DE SOLUÇÕES AUDITIVAS A VENDA DE VINHO

Outro convênio foi o firmado com a Unik Soluções Auditivas, centro auditivo especializado em cuidados e reabilitação da perda auditiva. A Unik oferece a Associados e seus dependentes descontos de 25% em sua linha de próteses auditivas, além de realizar a seleção, programação e manutenção dos aparelhos.

Com isso, a APADEP cumpre o seu papel de buscar sempre opções vantajosas aos Defensores e Defensoras do Estado em várias modalidades de serviços. A diretoria está em busca de outras boas oportunidades aos seus Associados.

# FIQUE DE OLHO

## PROJETO DO "EXTRATETO" ATRASA, MAS AINDA PREOCUPA APADEP

Apesar da decretação da intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, que suspendeu os trabalhos da PEC 287/16 (Reforma da Previdência) e de outras emendas constitucionais durante o ano de 2018, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei de interesse dos Defensores Públicos e de outras carreiras jurídicas. Trata-se do projeto de lei (PL) nº 6.726/16 ("extrateto"), que limita pagamentos acima do teto constitucional, incluindo-se indenizações de plantões, substituições indenizadas, auxílio-moradia, entre outros.

A Câmara dos Deputados prorrogou a discussão dos trabalhos da Comissão Especial do PL por mais 10 sessões, o que atrasará a apresentação do relatório pelo deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR). O projeto de lei é uma das 15 pautas prioritárias do governo, adotadas como alternativas à Reforma da Previdência e ao ajuste das contas públicas. Ainda não existe um consenso entre os deputados federais da Comissão Especial sobre as verbas indenizatórias que deverão sofrer o redutor constitucional.

> AINDA NÃO EXISTE CONSENSO NA CÂMARA SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS QUE SOFRERÃO O REDUTOR CONSTITUCIONAL

Em 21 de março de 2018, o ministro Luiz Fux, em decisão monocrática, remeteu as Ações Originárias nº 1946, 1773, 1776 e 1975, a Ação Cível Originária nº 2511 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.645, que tratam de auxílio-moradia a magistrados e membros do Ministério Público, à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

Frustrada a expectativa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para o estabelecimento de balizas regulamentares e até mesmo para a inserção na pauta da sessão plenária da Câmara dos Deputados, a APADEP continuará monitorando e trabalhando para que o parecer do relator não seja aprovado na Comissão Especial e que o PL 6.726/17 não seja pautado em sessão plenária.

# "É PRECISO PROFISSIONALIZAR A GESTÃO"

Melhorar as condições de trabalho, com a disponibilização de computadores em ótimo estado, ambiente climatizado, segurança e acesso à internet com velocidade adequada. Além disso, profissionalizar a gestão, resgatar a valorização interna da Defensoria, rever a questão do trabalho dobrado, garantir a licença-paternidade e melhorar o relacionamento com outras instituições por meio de pautas comuns. Essas são algumas das medidas que Ana Paula Kayamori de Oliveira, candidata de oposição à Defensoria Pública-Geral, quer adotar se eleita pela categoria, para dois anos de gestão, no próximo dia 23 de abril.

"A estrutura deficiente é uma das manifestações da falta de planejamento da atual gestão", afirma. "Crescemos muito, mas de forma desorganizada. Falta profissionalismo."

A seguir, a íntegra da entrevista à Apadep em Revista.

**QUAL É O DESTAQUE DE SEU PROGRAMA DE GESTÃO?**

**ANA PAULA KAYAMORI DE OLIVEIRA –** Nosso programa de gestão tem como destaque a profissionalização da assistência jurídica. Desde a instituição da Defensoria Pública nunca houve um plano de expansão e fortalecimento sério de curto, médio e longo prazos. Crescemos muito, porém, de forma desorganizada. Isso evidencia falta de profissionalismo na gestão. Regionais e unidades foram criadas e são mantidas sem a estrutura mínima e necessária para a prestação do serviço público de excelência. Se escolhidos, implementaremos um programa contínuo de fortalecimento. As decisões serão tomadas com transparência e impessoalidade, sempre focando a valorização dos/as Defensores/as Públicos/as que estão na atividade-fim. Além disso, divulgaremos relatórios gerenciais para que todos/as tenham conhecimento do planejamento e da realidade orçamentária.

**QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS IDEIAS PARA VALORIZAR A CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO?**

**AK –** A principal premissa é o resgate da valorização interna da Instituição. Uma carreira só é sólida quando seus membros são tratados como iguais. O/a Defensor/a precisa ser visto como um/a colega, independentemente do cargo que ocupa. Atualmente, percebemos distanciamento da gestão, decisões são tomadas sem qualquer consulta, ocasionando prejuízo à atividade-fim. O diálogo permanente não é uma opção e, sim, obrigação de qualquer gestor. Pareceres são construídos pela Instituição para prejudicar os/as colegas. Basta mencionar o episódio em que o atual gestor afirmou que Defensores Públicos não necessitam de licença-paternidade, pois gozam de férias e outros direitos que outros profissionais não possuem, demonstrando sua falta de empenho em implementar direito reconhecido pela Magistratura e Ministério Público, além de diversas decisões judiciais já proferidas.

**QUAIS SÃO SUAS PROPOSTAS PARA MELHORAR A ESTRUTURA DE TRABALHO DO DEFENSOR PÚBLICO?**

**AK –**A satisfação do trabalhador é uma das premissas para a excelência dos ser-

# "A SATISFAÇÃO DO DEFENSOR MELHORA OS SERVIÇOS PRESTADOS"

viços prestados. Por isso, temos como objetivo garantir a todos/as os/as Defensores/as Públicos/as condições laborais adequadas, com ambiente de trabalho climatizado, computadores em ótimo estado de funcionamento, acesso à internet com velocidade compatível às necessidades, cadeiras que atendam aos padrões exigidos pela medicina do trabalho e maior segurança nos locais de atendimento. Será feito um relatório com as reais condições de trabalho de todas as unidades, assim, todos saberão quais serão atendidas por ordem cronológica. A estrutura deficiente é uma das manifestações da falta de planejamento que assola a atual gestão e quem arca com este problema é o/a Defensor/a da base.

**COMO EQUACIONAR O PROBLEMA RECORRENTE DE AFASTAMENTOS MAIS LONGOS E DAR A MÍNIMA ESTABILIDADE AO ITINERANTE?**

**AK –** A inamovibilidade é uma valorosa garantia constitucional dos membros da Defensoria Pública que a administração superior deve obediência. A ideia da "Supermacro", proposta pela atual gestão, é a demonstração de que pretendem violar a prerrogativa constitucional e isso não admitiremos. Em nosso plano de crescimento, criaremos cargos de itinerantes por regionais. Cada regional deverá ter, ao menos, um itinerante para dar suporte aos/às Defensores/as Públicos/as nos afastamentos. Além disso, o deslocamento dos/as itinerantes a determinado cargo obedecerá a critérios objetivos, para que não exista pessoalidade nas designações e todos/as saibam com antecedência o local de destino. As licenças gestante e maternidade gozarão de atenção especial. A situação atual é tão grave que é impossível saber, com facilidade, em qual local está cada colega itinerante.

**QUAL É A SUA POSIÇÃO SOBRE A INDENIZAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO?**

**AK –** A instituição nunca esteve preparada para os afastamentos do/as Defensores/as Públicos/as. Colegas se veem obrigados/as a trabalhar em dobro, com prejuízo de suas vidas, ao arrepio da lei e, por vezes, sem nada receber por isso. No mundo ideal, ninguém deveria trabalhar em jornada dupla, mas, infelizmente, a realidade exige a acumulação de cargos. Este problema requer a realização de juízo de ponderação de interesses, pois temos de um lado a continuidade do serviço público e, de outro, a jornada legal dos/as Defensores/as-Públicos/as. Já que a acumulação é um mal necessário e ocasiona um dano aos/as Defensores/as Públicos/as, forçados/as ao trabalho dobrado, entendemos ser obrigatória a indenização dessa cumulação. É preciso resolver esta injustiça que assola a carreira toda.

**PRETENDE CUMPRIR A DELIBERAÇÃO APROVADA NO CSDP SOBRE A EXTENSÃO DE LICENÇA-PATERNIDADE PARA 20 DIAS??**

**AK –** Um dos primeiros atos de nossa gestão será cumprir a Deliberação aprovada no CSDP que garante a todos os Defensores Públicos pais o direito à licença-paternidade de 20 dias. Descumprir deliberação do Conselho Superior é algo grave e, infelizmente, a atual gestão descumpre quando lhe convém. Não temos a menor dúvida da legitimidade e legalidade do reconhecimento desse direito, seja porque está previsto em normas vigentes, seja porque temos mais de 15 precedentes judiciais neste sentido. A licença-paternidade, mais que um direito do Defensor, é um direito da criança à convivência paterna. A Defensoria Pública deve garantir a proteção à família nos termos constitucionais. O atual gestor defendeu, por sua assessoria, a necessidade de lei específica para reconhecer tal direito. Contudo, em dois anos, nunca esboçou tal projeto e nem o enviou à ALESP.

**O QUE PENSA SOBRE A CRIAÇÃO DE QUADRO DE APOIO JURÍDICO PARA A CARREIRA?**

**AK –** Defensores/as Públicos/as realizam atividades repetitivas, sem qualquer complexidade jurídica, ao invés de se dedicar ao desenvolvimento de novas teses jurídicas, articulação de políticas públicas, reuniões com autoridades, formulação de políticas institucionais, dentre outras. Profissionais extremamente qualificados/as são desperdiçados/as. Pensamos que, com a criação de quadro de apoio jurídico, conseguiremos potencializar a produtividade do/a Defensor/a Público/a com um custo muito menor ao erário. A implementação do cargo de assessor deverá ser uma meta. Somos a única carreira em que o número de membros é muito próximo ao de servidores. Isto sobrecarrega os/as Defensores/as com atividades burocráticas. Além disso, a criação dos assessores reduzirá a dependência por estagiários.

**O QUE DEVE SER FEITO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA TER ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E APOIO POLÍTICO EXTERNO?**

**AK –** Entendemos que a estabilidade institucional e apoio político externo não são obtidos por meio da política do embate. Não é aceitável a manutenção do nosso autismo institucional, pregando o enfraquecimento de outras instituições. O nosso respeito e fortalecimento decorrerá do grau de importância que as outras instituições nos atribuem. Não basta ser essencial à sociedade, é preciso mostrar-se como tal. Estreitaremos nossos laços com outras instituições por meio de pautas comuns. Mesmos nos assuntos mais espinhosos, sempre há pontos de convergências entre as instituições, basta sabermos explorar os pontos de contato. A Defensoria Pública não é uma ilha institucional e é preciso que a gestão não tenha um viés político-partidário. Somos uma instituição que exerce um papel nobre, basta sabermos atuar para que todos a reconheçam como tal.

# "RETOMAR A EXPANSÃO INSTITUCIONAL"

Intensificar a agenda de fortalecimento da Defensoria, buscar a valorização da carreira e modernizar as unidades de atendimento. Estas são algumas das prioridades do atual Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho, que busca a reeleição.
"Com nosso reequilíbrio financeiro, iremos retomar a trajetória de expansão institucional", diz Depiné. Uma forma de garantir mais eficiência e satisfação dos/das Defensores/as é conferir "a estrutura necessária para o desenvolvimento das atribuições". Depiné acha arriscado a aprovação da licença-paternidade. "A despeito da inquestionável justiça da extensão da licença-paternidade, dividi com o Conselho Superior e com toda a carreira os riscos que a aprovação desta medida poderia causar na superação dos questionamentos sobre nossa sistemática vencimental."

A seguir, a íntegra da entrevista à Apadep em Revista.

**QUAL É O DESTAQUE DE SEU PROGRAMA DE GESTÃO?**

**DF –** A bem-sucedida superação de desafios recentes nos permite intensificar a agenda de fortalecimento da Defensoria. Com nosso reequilíbrio financeiro, iremos retomar a trajetória de expansão institucional. Pretendemos pautar no CSDP, ainda em 2018, um processo de ampla discussão para distribuição de todos os cargos criados em lei. Nosso enfoque será reforçar as Unidades já instaladas, algumas que já contam com estrutura para esse reforço, e disponibilizar mais cargos em Macrorregiões, para maior cobertura de afastamentos e acúmulos – medidas a serem viabilizadas com a posse de todos os aprovados. A essa agenda, soma-se a pauta prioritária de valorização da carreira e avanços nas contrapartidas para atividades que extrapolam atribuições ordinárias, sobre as quais falo mais adiante, bem como a melhoria em nossa infraestrutura.

**QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS IDEIAS PARA VALORIZAR A CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO?**

**DF –** O tema envolve tanto aspectos remuneratórios e de outras contrapartidas pecuniárias, como a satisfação com o trabalho desenvolvido. Nesse ponto, é fundamental que implementemos mecanismos que permitam a recepção mais adequada da demanda, conferindo aos Defensores e Defensoras a estrutura necessária para desenvolver suas atribuições, assegurando maior efetividade e eficiência à prestação do serviço. No campo remuneratório, continuaremos a buscar os avanços que concretizem a justa valorização da carreira, inclusive através da sistemática de compensação das substituições, tal como fizemos para as atividades realizadas aos finais de semana, permitindo a indenização. Esse objetivo, porém, exige ampla articulação, demonstrando aos interlocutores políticos a relevância dos nossos serviços, como fizemos no final de 2017 quando aprovamos o projeto de reajuste.

**QUAIS SÃO SUAS PROPOSTAS PARA MELHORAR A ESTRUTURA DE TRABALHO DO DEFENSOR PÚBLICO?**

**DF –** Além da modernização das Unidades, iremos implementar um sistema de manutenção predial permanente, agilizando a solução das demandas de infraestrutura. Também será possível estender a climatização às Unidades ainda não atendidas. Pretendemos, também, concluir a reforma de todos os nossos prédios próprios, com destaque para o da Liberdade, incluindo a sua climatização. Sem prejuízo, buscaremos a adaptação de novos espaços para os Núcleos que ainda se encontram na Boa Vista, 103, bem como de Unidades sediadas em espaços inadequados. Para além da questão predial, também buscaremos a implantação do PA digital nas Unidades, substituindo-se PA's físicos, além da criação de ferramentas de desburocratização/agilização dos assuntos ligados a estagiários e o aprimoramento de nosso quadro de apoio, com a previsão de cargo de nível superior na área jurídica.

**COMO EQUACIONAR O PROBLEMA RECORRENTE DE AFASTAMENTOS MAIS LONGOS E DAR A MÍNIMA ESTABILIDADE AO ITINERANTE?**

**DF–** A cobertura dos afastamentos – inclusive das licenças maternidade e saúde – é questão das mais relevantes e urgentes na Defensoria. Os afastamentos mais longos afetam a saúde dos Defensores e Defensoras que acumulam funções e, por consequência, o atendimento à população. A solução passa necessariamente pelo provimento de novos cargos e eu assumo o compromisso de pautar esse tema na próxima expansão, ainda em 2018. Reavivar o Defensor Substituto traria um efeito bastante limitado, uma vez que a promoção dos ocupantes do cargo para outros níveis esvaziaria paulatinamente esta ferramenta. Propomos a criação de cargos com a atribuição para auxiliar as Unidades na absorção de afastamentos e outras situações emergenciais, com lotação de número mínimo proporcional em cada região do Estado para garantir-se a inamovibilidade, à semelhança de outras carreiras.

**QUAL É A SUA POSIÇÃO SOBRE A INDENIZAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO?**

**DF –**Essa é uma proposta expressa de nossa campanha. O real desafio envolvido nessa construção não é o simples envio de projeto de lei, mas a articulação dos cenários político e financeiro para a efetivação dessa importante contrapartida ao acúmulo de atribuições. Demonstramos que isso é possível com a aprovação da primeira lei que instituiu verba indenizatória na Defensoria (atividades em dias não úteis). Esse paradigma, aliado à melhora de nossa situação orçamentária e à articulação junto ao Executivo e Legislativo, trazem-nos

as premissas necessárias para o alcance desse objetivo. No mais, ainda a depender de amplo debate, temos por base inicial que o PL preveja a substituição indenizada, deixando a cargo da própria instituição uma posterior regulação sobre critérios e parâmetros, fortalecendo nossa autonomia e evitando engessamentos.

**PRETENDE CUMPRIR A DELIBERAÇÃO APROVADA NO CSDP SOBRE A EXTENSÃO DE LICENÇA-PATERNIDADE PARA 20 DIAS?**

**DF –** A despeito da inquestionável justiça da extensão da licença-paternidade – com a qual concordo –, dividi com o Conselho Superior e com toda a carreira os riscos que aprovação desta medida, naquele momento, poderia causar na superação dos questionamentos sobre nossa sistemática vencimental. O entendimento pela necessidade de lei – compartilhado pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Executivo – exigiu uma escolha que deveria ser pautada pela responsabilidade em garantir a estabilização de nossos vencimentos, clara prioridade do meu mandato. Alcançada a indispensável pacificação da questão remuneratória, o contexto hoje permite rediscutir a implementação deste importante benefício, seja administrativamente, à luz dos precedentes que vierem a se formar sobre este assunto no Poder Judiciário, seja por meio de alteração legislativa, se necessário.

**O QUE PENSA SOBRE A CRIAÇÃO DE QUADRO DE APOIO JURÍDICO PARA A CARREIRA?**

**DF –**A estruturação de quadro de apoio com formação jurídica de nível superior é fundamental para a qualificação do trabalho dos Defensores e das Defensoras Públicas. O suporte prestado possibilitaria maior otimização das equipes de trabalho, especialmente para a absorção de demandas repetitivas e de baixa complexidade, tanto na área cível, como nas áreas criminal e infracional. Essa estruturação também geraria resposta mais célere às demandas menos complexas da população carente. Na articulação política necessária à aprovação de um projeto de lei sobre o assunto, é relevante demonstrar a economicidade que esses cargos podem produzir, sendo uma via

## "A COBERTURA DOS AFASTAMENTOS É QUESTÃO DAS MAIS URGENTES"

racional para que a Defensoria Pública possa se fazer cada vez mais presente e fundamental na assistência jurídica aos necessitados.

**O QUE DEVE SER FEITO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA TER ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E APOIO POLÍTICO EXTERNO?**

**DF –** A Defensoria Geral tem a cumprir um papel crucial de liderança política e administrativa, o que demanda capacidade de articulação em contextos complexos, bem como uma atuação pautada em credibilidade e responsabilidade diante de diversos atores. Essa foi a tônica de nossa gestão e que conduziu, por exemplo, ao importante incremento da participação do Tesouro em nosso orçamento (de 86%) e de um pleno resgate de visibilidade junto ao Legislativo, incluindo aprovação de dois projetos de nossa autoria. Mas mais importante é perceber, ao longo da última década, que um maior reconhecimento e fortalecimento da Defensoria resultam da ocupação de espaços, de um atendimento de qualidade à população e de uma atuação de destaque nos nossos casos. Esse é o círculo virtuoso que a Defensoria Geral, ao lado de todos os membros da carreira, deve buscar e promover.

ELEIÇÃO

# CANDIDATOS AO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

| DEFENSOR/ A PÚBLICO/A CANDIDATO/A | REPRESENTANTE | CHAPA |
|---|---|---|
| **Bruna Simões França** | Núcleos Especializados | Chapa Coletiva |
| **Fabrício Pereira Quintanilha** | Núcleos Especializados | Candidatura individual |
| **Rafael Galati Sábio** | Núcleos Especializados | Chapa Defensoria para Todos |
| **Júlio César Tanone** | Regionais do Interior | Candidatura individual |
| **Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva** | Regionais do Interior | Chapa Defensoria para Todos |
| **Octávio Ginez de Almeida Bueno** | Regionais do Interior | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Lucio Mota do Nascimento** | Capital | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Samuel Friedman** | Capital | Candidatura individual |
| **Fernanda Maria de Lucena Bussinger** | Nível I | Chapa Coletiva |
| **Leandro de Col Loss** | Nível I | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Angelo de Camargo Dalben** | Nível II | Candidatura individual |
| **Clodoaldo Saguini Junior** | Nível II | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Danilo Martins Ortega** | Nível II | Candidatura individual |
| **Fábio Jacyntho Sorge** | Nível III | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Pedro Pereira dos Santos Peres** | Nivel III | Chapa Defensoria para Todos |
| **Carolina Rangel Nogueira** | Nível IV | Chapa Coletiva |
| **Marcus Vinícius Ribeiro** | Nível IV | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **José Henrique Jacob Golin Matos** | Nível V | Chapa Aliança por Compromisso e Independência |
| **Marina Hamud Morato de Andrade** | Nível V | Chapa Coletiva |